

VAMOS SAIR DA CRISE: UM DEBATE COM IGNÁCIO M. RANGEL E LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA¹

Geosul, Revista do Departamento de Geociências da UFSC, Florianópolis v. 14, n. 28, p. 201-225, jul./dez. 1999

Apresentação

Ignácio M. Rangel é maranhense de Mirador, é formado em Direito, economista por vocação e considerado por muitos como o maior pensador econômico do país. Sua militância política registra fatos significantes ligados a Getúlio Vargas como a sua participação no movimento sob o comando de Getúlio para derrubar o governo de Washington Luís e depois foi convidado por Getúlio Vargas, Presidente, para participar de sua assessoria em 1952. Participou então do projeto de criação da Petrobrás e foi relator da lei que criou a Eletrobrás. Em 53 já no BNDE, hoje BNDES, participou da execução do plano de metas. Ignácio Rangel foi chefe do Departamento Econômico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB e do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Foi ainda Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e membro do Conselho Consultivo do Instituto dos Economistas do Rio. Assessorou ainda, os presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. É autor de 11 livros, entre os quais, o clássico “*A Inflação Brasileira*”. Atualmente é consultor do BNDES.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é paulistano, bacharel em Direito e Doutor e Livre Docente em Economia, fez curso especial na Harvard University. Em 83, durante o governo Montoro, foi Presidente do BANESPA e em 85 foi seu secretário de governo. Em 87, já no governo Quéricia, assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia cargo em que permaneceu até ser convidado para o Ministério da Fazenda, onde ficou até fins do mesmo ano. Atualmente é um dos diretores do Grupo Pão de Açúcar, além de professor de economia da Fundação Getúlio Vargas.

¹ Transcrição do programa “Vamos Sair da Crise” da TV Gazeta de São Paulo e da TV Capital de Brasília. em 1989, às vésperas da primeira eleição presidencial após 29 anos. Realizado por José Messias Bastos, Sheila Vieira e Maria Gracinda de Deus Spellets.

Tem vários livros publicados e sua mais recente publicação é “*Dívida Externa: Crise e Soluções*”.

Pergunta - Eu gostaria de pedir que o Prof. Ignácio Rangel nos contasse como é que ele vem acompanhando a campanha eleitoral, se ele tem assistido aos debates, se ele tem participado, como nós todos, brasileiros, deste momento energético, que é a busca do nosso novo presidente e qual é a expectativa que ele tem em relação a esta eleição.

Rangel - Devo começar por dizer que os meus já provectoros anos me dão o direito a não votar. Eu não sou obrigado a votar. Eu partilho desse direito com alguns milhões de brasileiros, com os poucos velhinhos que nós. temos, com numerosos analfabetos do país. Nós temos o direito de não votar. Na verdade é um ato de disciplina. Se eu me sinto na obrigação de votar, me pronunciar por um candidato, de certo modo eu estou preso ao que este candidato for fazer e dizer. E na verdade o que tem sido dito em matéria de economia por todos os candidatos, de modo geral, é muito pobre. Já os homens que estão no proscênio têm que chamar a atenção para o problema econômico. — Ignácio é possível que tu estejas com a razão, mas é tão difícil politicamente dizer isso. Está bem, então chegará o dia em que isso terá que ser feito. Quando o Bresser era ministro eu sugeri a ele que promovesse um estudo do nosso direito de concessão de serviços públicos e ele, muito habilmente, me devolve a pelota levando o Banco de Desenvolvimento Econômico a me chamar para fazer este estudo. Isso foi feito, desenvolveu-se e acabou. Há uma lei no Congresso esperando que se dê atenção a ela. Por que me parece, ainda continuo convencido, que aí está a chave do problema.

Os nossos presidenciaíveis, e aí não há muita diferença entre direita, esquerda ou centro, na verdade eles estão girando em torno do problema econômico, e não estão discutindo com a atenção que o problema merece. Imagino que, a certa altura, esta posição vai mudar. É preciso acabar com a inflação, todos dizem isso; é preciso acabar com a miséria, todos estão de acordo que é preciso acabar com a miséria. Mas, quando se procura realmente saber o que é preciso fazer e se procura ver que

mensagem há no que eles dizem, é muito pouca coisa ainda.

Eles estão evidentemente pensando que em primeiro lugar é preciso ganhar a eleição. Se o candidato não ganhar a eleição, que importância tem a opinião que ele possa fazer sobre esse ou aquele problema? É preciso ver que há uma certa razão nisso. E por isso mesmo que eu não quis me deixar prender a candidato algum, porque alguém tem que ficar pensando no problema econômico, não como uma computação da problemática nacional, mas como a chave do problema. E é o que eu venho fazendo.

O país está em crise, esta crise portanto, não impede que nos tenhamos tido, por uma série de anos, as mais promissoras, as mais prósperas safras agrícolas da história, nem que tenhamos tido, por exemplo, os melhores saldos do balanço de pagamento de que eu tenho notícia, e outras coisas assim.

Na verdade a economia brasileira tem um vigor que faz com que a gente confie nela, sem dar muita atenção à opinião que as pessoas tem. Ainda hoje li, um empresário, na *Folha de São Paulo*, falando que talvez não haja inflação, que a inflação não se torne galopante, não se torne hiperinflação, porque a economia está em recessão. Ao contrário, pela razão da economia entrar em recessão é que a inflação pode se tornar galopante. Felizmente ele está errado, porque nós temos indicações que a economia não está caminhando para a recessão. Os fatos que eu aponte são típicos disto. Nós temos um país dinâmico, um país com uma gente viva, alerta e que terá a grandeza necessária para superar esta crise política que está aí, e que está nos inibindo inclusive de falar. Os candidatos de direita ou de esquerda ou de centro estão comprometidos, eles estão amarrados, não param realmente para discutir o problema econômico. Mas nós economistas temos a obrigação de não ignorar isso, e continuar a tratar o problema econômico. Não é que a política não seja importante, ela é importantíssima, mas acontece que muitas vezes a política se torna tão importante, que faz com que se diga dela aquilo que *Clemenceau* dizia da guerra. “A guerra era coisa demasiado importante para ser confiada apenas aos generais”. Assim nós devemos dizer, a política é demasiado importante para ser confiada apenas aos políticos. Nós temos que estar presentes, livres da disciplina

deles, pensando nisso e por isso eu começo a dizer que até segunda ordem eu não vou votar. É uma prerrogativa constitucional que eu pretendo usar.

Pergunta - Eu duvido, quando chegar a hora o professor Ignácio Rangel vai colocar seu voto lá. Professor Bresser-Pereira, eu gostaria de ouvir também sobre a sua visão sobre a campanha. Como é que ela está se travando, qual a sua expectativa em relação ao desfecho desta campanha? O Professor Bresser-Pereira é tucano, portanto, de saída, já posso considerar que ele aguarda um crescimento da candidatura Mário Covas, mas eu gostaria de ouvi-lo, inclusive sobre o que disse o Professor Rangel, sobre a pobreza das propostas apresentadas pelos candidatos até o momento.

Bresser-Pereira - Em primeiro lugar, eu vou votar, e vou votar no Mário Covas, isto não há dúvida nenhuma. Agora, a campanha realmente eu tenho acompanhado bem de perto e às vezes a gente fica decepcionado com ela, inclusive quando a gente vê aparecer um Collor, sem nenhum partido, sem nenhuma experiência, sem nenhuma expressão política, ou melhor, uma expressão política autoritária, pessoal dele, e de repente estourar daquela maneira nas intenções de voto nas pesquisas eleitorais, é uma coisa deprimente para o país. Agora acontece uma outra coisa deprimente, que é o surgimento da candidatura Sílvio Santos. De forma que isso, novamente, deixa as pessoas um pouco desanimadas, e talvez se explique porque o meu mestre, Ignácio Rangel, esteja querendo não votar, querendo usar o seu direito constitucional de não votar. Agora, eu, por outro lado, estou um pouco mais otimista porque o que eu sinto é que à medida que a campanha foi se desenvolvendo, o grau de informação dos eleitores aumentou, ainda que não tenha aumentado o suficiente para que nós tenhamos tranquilidade quanto ao resultado; ainda que esse sistema que nós temos no Brasil, presidencialista, é um absurdo, quer dizer, é um sistema que facilita exatamente o aparecimento de líderes populistas do tipo do Collor, do tipo do Brizola, do tipo do Sílvio Santos; apesar disso, me parece que há, claramente, um progresso nesses últimos dois meses. Uma coisa que me impressionou muito foi ver a última pesquisa do Data-Folha; nessa pesquisa, o candidato que tem o maior número de intenções de votos, de longe, entre as pessoas com educação superior, é o Mário Covas, quer dizer, ele teve 21% das intenções de

votos em educação superior, embora ainda tivesse 9% no total. Em compensação o Collor, que tinha 21% de intenções de voto no total, mas deve ter menos hoje, tinha apenas 7% de intenções de voto entre as pessoas com educação superior. Isto quer dizer que as pessoas bem informadas ou mais instruídas e portanto, provavelmente, mais bem informadas votam no Covas, não votam no Collor. A diferença é realmente brutal. Agora, essa realidade não muda no período de uma campanha eleitoral, mas o nível de informação muda, isto é muito importante. Quer dizer então, se o nível de informação muda, muda a favor do Mário Covas, muda a favor do candidato que tem uma experiência, que tem programa, que tem uma equipe, como é o caso do Mário Covas.

O Ignácio diz que é pobre o programa dos candidatos. Eu participei muito ativamente do programa de Mário Covas, foi um programa assim, sofrido, sobretudo porque ele começou a ser elaborado em setembro do ano passado, quando houve uma grande reunião em Brasília, em que foram grande número de economistas ligados ao PSDB e todos os parlamentares federais do PSDB. E ali começou o debate sobre o programa e este debate foi indo, depois de uma série de debates o Fernando Henrique fez o primeiro relato do programa, aí isso foi discutido a nível municipal, a nível estadual e o Mário Covas participando muito ativamente de tudo isso, e dizia sempre o seguinte, eu só vou começar realmente minha campanha quando eu tiver um programa claro. Nesse processo eu vi uma coisa curiosa: algumas disposições do Mário Covas mudaram na discussão deste programa. O problema da estatização por exemplo, ele nunca foi estatizante, mas ele tinha uma posição mais favorável, a participação do Estado na economia, no começo do programa que no final, isto não há dúvida. Todo um grupo de economistas que o convenceram que as idéias do Professor Ignácio Rangel estavam corretas. Porque o Professor Ignácio Rangel foi um dos homens que criou, que ajudou a criar o grande sistema produtivo estatal brasileiro, a Petrobrás, Eletrobrás, antes disso as siderúrgicas. Ele realmente, o Professor Ignácio Rangel, que é um dos meus mestres, eu sempre digo que aqui no Brasil tenho três mestres, três pessoas com quem aprendi Economia e Ciências Sociais. Um é o Professor Ignácio Rangel, o

outro é Celso Furtado e o outro Hélio Jaguaribe. Os meus mestres eu os respeito muito particularmente por isto. E o Ignácio Rangel, por volta de 78, há onze anos atrás, eu o convenci a publicar uma terceira edição do seu notável livro a “*Inflação Brasileira*”. Então escreveu um posfácio, e nesse posfácio ele disse, já naquela época, que o Estado brasileiro estava entrando em crise, que o Estado brasileiro estava pobre, quem estava ficando rico era o setor privado, ele não usa essas expressões, as expressões que ele usa é que havia poupança e capacidade ociosa no setor privado enquanto que havia muita coisa a fazer no setor público e portanto o grande defensor que foi da intervenção do Estado na economia nos anos 40, 50, 60, tornava-se agora o grande defensor da privatização, a privatização dos serviços públicos, que o Ignácio então adota como uma espécie de bandeira. Está pela primeira vez colocado de maneira extremamente inteligente e provocativa, nesse posfácio da *Inflação Brasileira*. E dessa idéia, inclusive, surgiu uma idéia que eu desenvolvi mais do caráter cíclico da intervenção do Estado na economia.

Você tem dois fatores que coordenam a economia, sempre. Em qualquer economia, um é o mercado, o outro é o Estado, não existe capitalismo sem Estado, há sempre um certo grau de coordenação via mercado, outro certo grau de coordenação via Estado. Mais mercado que Estado normalmente. Agora o mercado é sempre insuficiente para coordenar perfeitamente uma economia, então entra o Estado para preencher as lacunas, para corrigir. Inicialmente a intervenção do Estado é bem sucedida e vai bem, ela vai aumentando. Depois de algum tempo, o aumento da intervenção na área da economia, seja na área produtiva, seja na área de regulamentação, vai provocando distorções, distorções crescentes. Os interesses de grupos, os subsídios e incentivos que se perpetuam, em vez de acabarem num prazo limitado, isso vai provocando, inclusive um aumento do déficit público, despesas maior que a receita, crise fiscal. O Estado inchado, aí começa a crítica e a crítica forte, e a proposta de privatização, e a proposta de desregulação, e então, de repente o Estado é reduzido. Até o ponto em que ele já foi enxugado e que novamente se percebe que há coisas a serem feitas, que o mercado não está fazendo. Por exemplo, no caso do Brasil, hoje, é preciso enxugar rapidamente o Estado, é preciso privatizar

as empresas estatais, é preciso desregular todo o comércio exterior que está excessivamente controlado, a indústria brasileira é excessivamente protegida, mas não é para acabar com o Estado, como querem os neoliberais, não é isso que o Professor Ignácio Rangel pretende. É para permitir que o Estado faça outras atividades. Atividades na área social e atividades na área tecnológica, para permitir que o Brasil seja competitivo internacionalmente, é nessas áreas que ele vai intervir.

O Mário Covas passou por esse processo, nós discutimos muito com ele isso, desde o final do ano passado e no primeiro semestre deste ano, e é por isso que eu acho que ele realmente está preparado para presidência da República deste país.

Pergunta - Eu queria lembrar uma frase que uma vez o Professor Ignácio Rangel disse aqui no programa, que eu cito volta e meia, que eu acho um *insight* fantástico, eu acho um achado, um primor de lucidez, que quando surgiu o escândalo, o professor Ignácio Rangel, um nacionalista, uma bandeira do nacionalismo brasileiro, propondo a privatização de empresas públicas de serviços públicos, ele uma vez aqui no programa disse o seguinte: “ser nacionalista é diferente a cada década”. Isso eu acho uma coisa fantástica. Ele inclusive relembrou que na década de 20 o importante era a introdução da indústria têxtil no Brasil e que mais adiante nós tivemos toda a luta pelo petróleo, pela instalação da siderurgia e hoje seria meio ridículo que as pessoas levantassem como bandeira a criação da indústria têxtil estatal não é verdade? Eu gostaria de pedir ao Professor Rangel - ele já falou isso nesse programa, mas com a paciência que os mestres costumam ter - eu gostaria que o senhor novamente expusesse aos nossos telespectadores porque que o senhor acha que resolve o problema do círculo vicioso da economia brasileira, que romperia esse círculo vicioso, a privatização dos serviços públicos, nesse momento.

Rangel - A privatização de certos serviços públicos. Como disse o Bresser, realmente nós temos isso, cada vez que a economia entra em crise, há uma área, dentro dela, no seio dela, carregada de excesso de capacidade e uma área com insuficiência de capacidade. Há uma área da qual o Estado é expelido e uma área ao qual ele é sugado. Quando termina a crise, podemos ter a certeza de que o Estado

estará presente, inclusive em serviços públicos. Por exemplo, como é que nós podemos pensar em organizar o mercado financeiro brasileiro sem a presença do Estado? Como pensar nisso? Que sentido teria dizer isso? É preciso organizar para que a empresa privada possa assumir realmente a responsabilidade por serviços públicos como as ferrovias, metrô, coisas assim, é preciso que esteja organizado o mercado financeiro. Isto significa o aparecimento do capitalismo financeiro brasileiro. Mas como é que se pode fazer isto se o Estado não estiver presente? O Estado deverá estar presente como exigência da própria empresa privada. É ela que vai exigir a presença do Estado. Como é que a empresa privada vai ao mercado levantar seus capitais? Onde é que está o problema? O problema está no fato do não funcionamento da hipoteca. Antes ela não funcionava por falta de correção monetária. Foi o Professor Bulhões, a conselho do seu ilustríssimo, brilhante sobrinho, José Luiz Bulhões Pereira, que fez a correção monetária e resolveu o problema. Por quê? Porque ele ia vender um apartamento, oferecia esse apartamento em garantia hipotecária, o comprador oferecia ao vendedor e tomava-se, portanto, um credor, representante hipotecário, mas na verdade ela era letra morta. Por quê? Porque não havendo correção do saldo devedor, dentro de pouco tempo não havia relação alguma, entre o valor de mercado do bem dado em hipoteca e o valor da dívida coberta por esta hipoteca. Quando veio a correção monetária, resolveu-se o problema e o país explodiu. Na minha opinião, o verdadeiro motor do chamado milagre brasileiro foi esse. Agora nós estamos de novo nessa situação. De novo a hipoteca não funciona, não opera. Por que não opera, agora? Por uma outra razão. Porque, ao contrário daquele tempo, quando nós operávamos com bens alienáveis, e portanto podia ser dada a hipoteca, hoje temos que operar com bens, cuja alienabilidade está sujeita há uma série de limitações no Brasil, na União Soviética, nos Estados Unidos, em toda parte, isso por motivos econômicos, por motivos jurídicos, por motivos tecnológicos. Que sentido tem oferecer uma linha de metrô em hipoteca? A quem eu dou esta hipoteca? A hipoteca só pode ser oferecida ao Estado ou, como diziam os franceses, ela não pode ser oferecida *Saus por le Roi* (salvo para o rei). Só Estado pode receber esta hipoteca. O setor privado pode oferecer a hipoteca, então o Estado se toma automaticamente credor hipotecário,

porque recebe a hipoteca e dá seu aval em troca. E como poder concedente, ver-se-á que a força do Estado é muito maior do que a atual, quando ele é apenas um devedor insolvente. Assim o Estado terá que fazer isto. O Estado é necessário. A empresa privada não entrará nesta jogada, se o Estado não assumir o papel que lhe cabe, porque só ele pode exercer essa função.

Amanhã o problema se resolve de outra forma, exigirá outras medidas que serão tomadas a seu tempo. Vocês, os jovens, estarão presentes para lembrar que seria agora a hora de determinar. Porque não estava errado o que nós fizemos com Getúlio e o Juscelino nos anos 50. Não estava errado. Por exemplo, o que aconteceu com a energia elétrica. Nossa produção de energia elétrica de 60 a 85 aumentou 8,5 vezes, a produção de energia elétrica mundial cresceu 4,2 vezes, ou seja, metade do crescimento da produção brasileira numa época de crescimento explosivo da economia mundial. A nossa cresceu mais. Estava certo. Por quê? Porque temporariamente o aval do tesouro cumpriu a função que a hipoteca não podia cumprir. Este aval se esgotou. Com o esgotamento das finanças públicas, o aval do Tesouro tornou-se uma coisa irrelevante. Com o novo aval o governo terá na sua gaveta a hipoteca dos bens, tomando-se, assim, poder concedente e credor hipotecário. Quer dizer, em caso de inadimplência o Estado poderá, como poder concedente, tomar a concessão, como credor hipotecário, tomar os bens. Não para ficar com eles, mas para oferecer a outro que seja mais capaz. Então, portanto, esta agora é a solução. Parece que é apenas um realinhamento jurídico. Não é não, é o que há de mais prático neste mundo. E o que há de mais prático.

Quando nós fizemos a lei da Eletrobrás eu antecipei esse problema. Eu disse ao chefe de assessoria, ao ilustre economista Jesus Soares Pereira, Chefe da assessoria de Vargas. (Na época, Rômulo tinha saído para o Nordeste e a chefia tinha ficado com Jesus Soares Pereira) — Jesus, vê bem, a empresa pública que nós estamos criando, vai ter a necessidade de ir ao mercado levantar capitais (a dívida externa e a dívida interna resulta disso) vai ter, não vai? Ele disse: — Vai ter. — E que garantia ela vai poder oferecer? O aval do tesouro? Bem, diz ele: — Você acre-

dita que o aval do Tesouro possa dar resultado por algum tempo? Eu disse: — Por algum tempo vai dar. Agora é preciso estar preparado para quando esta coisa não funcionar mais. Com a pureza de alma que lhe era peculiar. Jesus disse: — Caboclo, quando a crise que você está prevendo chegar, eu estarei com você lutando para resolvê-la. Jesus já morreu há 15 anos. Ele não está presente para isso. Mas eu estou presente para lembrar o pensamento dele, para saber que na verdade nós tivemos a crise que eu estava esperando.

Eu tenho dificuldade de dizer, esperava esta crise para antes. Eu antecipei a crise. É possível que minha amiga, a Maria Conceição Tavares, esteja certa quando diz que eu estou sempre com a razão para amanhã, não para hoje. É possível, mas alguém tem que fazer este papel. Este alguém evidentemente não pode pretender ser chefe da assessoria de um candidato a presidente da república. Porque se for vai criar dificuldades para ganhar a eleição e sem ganhar a eleição não se resolve problema algum. É preciso ganhar a eleição, mas é preciso também estar alertando para o problema. Chegou o momento em que é preciso remodelar. Quando nós fizemos os retoques, a gente vai olhar para trás e vai então dizer: mas nós estivemos brigando tanto tempo por causa disto, tão irrelevante, tão óbvio. Tem sido sempre assim. Isto é uma coisa que a gente tem que ter sempre presente também. O fato que foi o príncipe herdeiro da Coroa de Portugal que proclamou nossa independência, se repete. A certa altura, a direita quem dá certos passos. Ela tem realmente de si mesma uma noção muito equivocada, muito errada. Que coisa mais errada do que a deste candidato latifundiário, que está aí, o Caiado.

Ele se imagina um reacionário e não é. Ele é o homem que representa o estamento mais dinâmico da economia brasileira. Nenhum setor da economia brasileira cresceu tanto quanto a agricultura. E pertence à agricultura que ele representa. Ele tem de si uma noção equivocada. Mas isso sempre acontece. Nós da esquerda lutamos e às vezes até morremos pelas reformas e quando damos por nós, quem fez foi a direita. Aceitemos o papel que nos e tocado.

Pergunta: Professor Bresser Pereira, esta visão do professor Ignácio Rangel causou grandes sobressaltos nas pessoas que geralmente vêm as questões políticas e econômicas de uma forma mais ou menos estática, porque ele avançou bastante numa concepção... Eu gostaria que o senhor, que tem acompanhado o pensamento do Professor Rangel, tem levado inclusive este pensamento para o seu candidato, Mário Covas, o senhor fizesse a revisão dessa proposta. Como é que o senhor sente esta proposta do Professor Ignácio Rangel? É possível fazer isso com uma certa rapidez? Eu já tenho ouvido algumas críticas, aqui neste programa, de pessoas que apreciam o pensamento do Professor Ignácio Rangel, mas consideram de difícil execução na brevidade que a crise brasileira exige. Qual é a sua visão a respeito disso?

Bresser-Pereira: Eu acho que realmente a proposta de privatização é uma proposta de privatização com uma estratégia específica, um sistema de hipotecas e avais, extremamente engenhoso e simples, que ele acabou de descrever. Este é um sistema que eu chamarei de médio prazo, isso não resolve o problema, nos primeiros 6 (seis) meses ou 3 (três) meses do novo governo, quer dizer, o novo governo tem uma inflação de 40% ao mês e ele precisa resolver este problema de imediato. Imaginar que primeiro ele vá iniciar um processo de privatização, para depois pensar na inflação, isso é inviável. O governo tem uma crise fiscal e para resolver essa crise fiscal o processo de privatização e este sistema todo especial, que está aqui pensado pelo Ignácio e que todo o grupo do BNDES trabalhou intensamente para torná-lo operacional, esse sistema vai ser muito útil, para resolver, para consolidar a recuperação fiscal do Estado. Mas não se pode imaginar outra coisa senão que o presidente assim que assumir o governo faça o que eu tenho falado na política dos três choques: o governo vai ter que fazer um choque fiscal muito forte, fazendo redução de despesas, eliminando subsídios, incentivos e aumentando receita. Vai ter que fazer uma redução da dívida externa, que é o segundo choque, o choque da dívida externa, em 50% mais ou menos, em relação aos títulos de longo prazo dos bancos privados, o que é perfeitamente viável, isso é uma parte fundamental da redução do déficit público e vai ter que fazer um novo congelamento de preços, a base de um acordo social e dessas políticas de ajuste

fiscal, que poderia chamar de políticas ortodoxas. Tudo isso vai ter que ser feito, mas essas são medidas que eu chamo de curto prazo, imediatas, conjunturais. Agora para que estas medidas se consolidem, quer dizer, o governo não só vai ter que continuar firme nessa política de austeridade, mas ao mesmo tempo vai ter que iniciar um processo de reforma do Estado e nesse processo de reforma do Estado, aí é que a proposta de privatização é fundamental e a proposta de privatização, inclusive com a utilização das empresas que são privatizadas, ou empresas novas ou empresas já em funcionamento, elas emitem títulos, essa idéia, eu vou tentar trocar em miúdo a idéia, quer dizer, elas emitem títulos, esses títulos têm o aval do Estado e em troca disso a empresa oferece em hipotecas os seus bens ou as ações para o próprio Estado.

Quer dizer, é um sistema muito engenhoso porque aí, ficam dois devedores. O credor é um setor privado que aplica o dinheiro, mas é devedor a empresa e é devedor o Estado, através do seu aval. E o Estado por sua vez tem a hipoteca, portanto está garantido. De forma que se por acaso a empresa for mal administrada e falhar, o Estado tem capacidade de tomá-la e vender para outro. Eu acho que esse sistema é muito bem pensado, muito claro e pode ser realmente um ovo de Colombo para a solução dos problemas de médio prazo no Brasil. Como também outra medida fundamental é desregular a economia. Especialmente na área do comércio exterior, nós reduzimos fortemente o grau de proteção que a economia brasileira tem. Porque sem isso nós não conseguiremos a competitividade internacional, que nós precisamos. O Brasil hoje para se impor internacionalmente, ele precisa competir, essa digamos é a regra fundamental do Brasil. Então competir tem que se ser expostos a competição. A proteção que foi uma coisa útil nos anos 40, 50, 60 quem sabe, que era o modelo de substituição de importações, hoje já não é mais. Hoje tem que ser não eliminada, mas drasticamente reduzida essa proteção.

Pergunta: Professor Rangel, o senhor concorda com esta visão do Professor Bresser de que é preciso inicialmente essa política dos três choques e que a sua terapia se vá desenvolvendo ao longo do tempo ou há possibilidade de que isso entre também de choque e que possa já colaborar de início com esse choque inicial do governo?

Rangel: Às vezes a gente se pergunta, como é que deve fazer o novo governo que vem aí? Minha opinião é que o novo governo já está aí. E que este governo que está aí, quer ele queira, quer não, ele vai ter que tomar medidas nesse sentido. Há pouco tempo nós vimos por exemplo, a notícia de que, o Ministro da Fazenda ia levar a otenização, a duplicata e a fatura, Quer dizer depois de tanto esforço para desindexar a economia, nós levamos a indexação há uma nova e fundamental área de atividade. Estão acontecendo coisas, pouco importa saber a intenção com que sejam ou serão tomadas, que quando a gente examina diz estão mexendo em coisas essenciais. Quem poderia imaginar que o Professor Bulhões pudesse saber que ele estava criando um instrumento tão poderoso como a correção monetária. Tão poderoso que se tornou mais poderoso do que o seu autor. Eu costumo dizer que quando nos nasce um filho, a gente nunca sabe se nasceu um gênio ou um cretino, pois é o caso do Professor Bulhões, que pensou que tivesse criando uma coisa irrelevante. Tinha criado uma coisa tão forte, que ele vai morrer e ela vai ficar. Ela está aí, e ele se esforçando para acabar com a correção e ela está aí e assim nós vamos fazendo coisas. Quem preparou este saldo do balanço comercial? Alguém teve a intenção de fazer isto ou foi o resultado de uma série de medidas tomadas pré-intencionalmente, quer dizer, que a coisa vai além do que se deseja, é fazermos uma coisa com uma intenção e a coisa leva além do que se pensava.

Eu escrevi há pouco tempo um artigo para a *Folha* que dizia, o Estado, os três poderes da República propendem para o gasto. Todos eles perjuram que a inflação se deve ao dispêndio. Todos eles juram, que é preciso reduzir o dispêndio, não pagar a dívida, nem interna, nem externa, porque a idéia do calote já fez uma viagem muito longa, e na realidade quando se chega a hora os três poderes da República são unânimes em querer o dispêndio, querer o gasto. Inclusive o poder Judiciário, nós não estamos vendo aí os 152% do Banco do Brasil, que afinal de contas não são apenas Banco do Brasil, na verdade, no fundo, significa que o Estado não pode deixar de gastar. E uma necessidade do sistema, agora o que há é que ele não pode gastar, os recursos que ele não têm. Já diziam os Romanos — “Ninguém é

obrigado a fazer coisas impossíveis”. Dizem os nossos presidenciáveis, é preciso acabar com a miséria, é preciso aumentar os salários, tudo bem, mas o que significa isso? Que o Estado vai aumentar o seu dispêndio, vai aumentar o salários dos servidores do Banco do Brasil, do Banco de Desenvolvimento, das Forças Armadas, do funcionalismo público. Mas ele não pode fazer isso. Isso é uma questão de impossibilidade material. Não obstante é preciso fazer isso. A economia não pode sair desta crise sem aumentar o dispêndio. Ela não pode. O dispêndio, é uma coisa que acompanha o investimento. O investimento é uma forma de dispêndio. Está se falando muito em redistribuição de renda. Qual é a maneira pela qual uma sociedade capitalista periodicamente redistribui a sua renda? É investindo. O que é o investimento? É um ato pelo qual uma grande renda, uma renda concentrada se pulveriza em inúmeras pequenas rendas. Temporariamente portanto, há uma redistribuição da renda. Temporariamente, depois aqueles projetos amadurecem e eles ao invés de absorver recursos, eles produzem recursos, aí surge uma outra crise que vai ter que se resolver por uma nova onda de investimentos. Mas isto é um outro problema. E aqui nós estamos diante de uma crise em que o Estado, esse Estado que está aí, pouco importa a idéia que ele faça sobre suas ações ou que ele possa estar tão equivocado. Como o Prof. Bulhões está equivocado, quando quer acabar com a correção monetária. Mas o Estado já começa a mexer em coisas essenciais. O comportamento de nossa agricultura é brilhante, no entanto, os homens que estão a frente desse processo se comportam como se fossem reacionários de quatro costado, é o caso do Caiado. Ele depois irá formar, como atualmente está ocorrendo com nosso empresariado industrial, que na época em que começou a montar essas indústrias ele se imaginava um mero comerciante de novo tipo. Ele era um reacionário nos anos 30 e hoje não é. Hoje ele começa a ter uma noção de si mesma diferente e mais condizente com a sua realidade (que de fato é o que não tem nada haver). Nós estamos de fato já no dia de amanhã, o Bresser fala no dia de amanhã. Certas coisas devem ser feitas amanhã, não hoje, a Conceição diz também, mas eu acho que o amanhã já chegou.

Pergunta: Prof. Rangel, o Senhor falou que a correção monetária é algo que veio para ficar. E que o Prof. Bulhões quando morrer, depois dele morto, ainda estaremos às voltas com a correção monetária. E o senhor também mencionou o fato de que o Ministro da Fazenda alertara a possibilidade de otimizarmos as faturas, que ele está criando um novo patamar de indexação da economia. Eu pergunto ao Senhor, é possível ao mesmo tempo baixar a inflação mantendo o processo da correção monetária?

Rangel: Mas isso se fez desde o princípio. Quando foi introduzida a correção monetária por iniciativa de Roberto Campos e de Bulhões a taxa de inflação era de 100% e caiu para 16%. Porque na verdade se nós examinarmos a nossa história recente, neste quartel de século que passou, de Juscelino para cá, pelo menos, invariavelmente o que tem acontecido é isso. A economia, a taxa de inflação cai quando a conjuntura se eleva, quando a conjuntura se eleva a taxa de inflação cai, quando a economia se desacelera entra em recessão, a taxa de inflação sobe regularmente. Com uma regularidade, que chega ser elegante, a pontualidade com que essas coisas acontecem. Quando eu acabei de levantar o quadro, eu fiquei surpreso com essa pontualidade. No entanto eu joguei com dados que estavam aí, todo mundo conhecia... todo mundo conhecia. É possível, quer dizer, para promover investimentos, para reativar negócios, precisamos ter uma moeda representativa. A moeda brasileira, atualmente, simplesmente não é representativa e a solução Argentina de dolarizar a economia também não é solução de coisa alguma. Nós temos que fazer com que a nossa moeda seja uma reserva de valor, um meio de entesouramento. É estúpido guardar dinheiro em caixa, em pouco tempo não vale mais nada. Mas ela há de ser um padrão de valor, uma medida de valor, um meio de circulação. Mas para isso é preciso que, enquanto a inflação estiver aí, nós temos que otimizar, não brincar com fogo, como se a inflação fosse uma coisa inercial. Isto aí eu venho dizendo desde o início, não pode ser. A inflação tem um motor primário empurrando. Por que acontece com essa regularidade? Por que atualmente nós temos ao mesmo tempo a economia em recessão e a maior taxa de inflação da história? Por que no início dos anos 70 é ao contrário disso? Nós tínhamos uma economia em regime de milagre e a taxa de inflação de 16 a 20%, ao ano, não 16%

a 20% ao mês como atualmente. Nós temos que ver isto. Para reativar a economia nós não podemos prescindir da correção monetária. Apenas esta solução em certo momento foi necessária e suficiente. Ela continua a ser necessária, não é mais suficiente, porque hoje nós temos investimentos que vão depender de um mecanismo de garantia que não funciona com o setor de bens inalienáveis.

Pergunta: Prof. Bresser essa sua visão também coincide nesse caso com a do Professor Ignácio Rangel.

Bresser-Pereira: Não, não coincide não, quer dizer, eu tenho uma visão bastante diferente. Parece que, para começar eu estou convencido que a inflação brasileira tem um componente inercial muito grande. Só se explica taxas de inflação tão altas como as que existem no Brasil, ao mesmo tempo que a economia que, até que esteve aquecida, mas já está desaquecendo novamente, no entanto, a inflação vai continuar alta. Só se explica inclusive esse fenômeno que o Ignácio fala, de você ter recessão com inflação, quando você tem um componente inercial muito grande. Uma coisa curiosa é que, o último livro do Sammerson, a última edição do livro do Sammerson da “Introdução a Economia” inclui a teoria da inflação inercial, só não diz que foram os economistas brasileiros que a desenvolveram, mas enfim... Agora, estão me parece que se nós quisermos acabar com uma inflação desse tipo, de vez realmente, nós temos que desindexar a economia. Quer dizer, eu acho que a correção monetária, a indexação da economia realmente teve um papel decisivo na História do Brasil, nos anos 60, 70, quer dizer, a partir do momento que foi criado, porque nós tínhamos uma inflação já relativamente alta e relativamente crônica, não havia a determinação da parte da sociedade de acabar com a inflação. Havia uma idéia de que a inflação era inevitável, de que nós teríamos de conviver com ela e como conviver com a inflação de 30, 40% ao ano sem correção monetária inviabilizava financiamentos de investimentos. Então, dada essa perspectiva, essa visão da sociedade, de que essa inflação era inevitável, também era inevitável a correção monetária. Agora, essa correção monetária que foi então extremamente importante até o final dos anos 70, eu diria, ela acabou sendo a base de uma aceleração inflacionária, que começa fundamentalmente em 79, quando há uma cri-

se internacional que se reflete em cima do Brasil, que começa o problema da dívida externa, há os três choques, que não tem nada a ver com os meus três choques, os três choques da economia internacional: o choque do petróleo, o segundo, o choque da recessão americana e o choque da taxa de juros internacional, que sobe brutalmente. Naquele momento, a economia brasileira é atingida por esses choques e a inflação que estava num patamar, em torno dos anos 70, de 40% ao ano, salta para 100%. E a partir daquele momento, com taxas de inflação já tão altas assim, tornou-se inviável se controlar a inflação. Quer dizer, a correção monetária tornou-se um fator sancionador da inflação, inercializador da inflação muito forte, fazendo com que a inflação só subisse e nunca caísse. Houve três congelamentos, o meu foi um congelamento de emergência, os outros foram congelamentos que não eram de emergência, mas fracassaram porque realmente não havia determinação total de acabar com a inflação, através de um ajuste fiscal definitivo que realmente produzisse inclusive um superávit público. Eu estou convencido de que o Brasil só consegue escapar da inflação com o superávit público. E eu também estou convencido de que o Brasil tem que ter uma economia sem inflação, tem que ter uma economia com inflação semelhante a inflação européia. Não há nenhuma razão para o Brasil ter inflações de 20, 30, 40, 50% ao ano, não tem, o Brasil tem que ter inflação de 1 (um) dígito. Quando passar para 2 (dois) dígitos começa uma luta feroz para voltar para um dígito, um dígito ao ano. Eu vejo isso de uma maneira muito clara, o Brasil já é uma economia suficientemente desenvolvida, com um mercado suficientemente amplo para poder conviver com um tipo de inflação tão baixa assim e nesses casos, então não será necessária a correção monetária para criarem financiamentos de investimentos. Será suficiente que haja um sistema de taxas flutuantes de juros como existe nos países centrais e que permite perfeitamente o financiamento dos investimentos a longo prazo. Então eu acho que nós temos que caminhar por aí, não vejo outra alternativa.

Agora, eu queria fazer mais um comentário. O Ignácio ele tem uma visão da economia que é fascinante, mas é uma visão determinista, e de longo prazo, realmente ele falou da frase da Conceição que eu acho que é verdade, ele vê muitas vezes o futuro.

Eu acho fascinante esse tipo de raciocínio na medida em que é um raciocínio que nos obriga a pensar e que nos afasta do voluntarismo que é o oposto. Imaginar que nós, da nossa vontade possamos fazer o mundo virar o que nós queremos. Imaginar que com política econômica, o Presidente X, o ministro, da fazenda Y faz tudo o que ele quer na história. Não faz, aí o pensamento do Ignácio Rangel é muito claro. Agora eu acho que ele exagera um pouco. Quer dizer, Ignácio o seu determinismo cíclico da teoria do Ignácio Rangel no fundo é um determinismo cíclico fascinante. Eu acho que ele exagera um pouco, eu acho que é preciso combinar um pouco o determinismo de Rangel com um pouco da vontade do estadista.

Pergunta: Eu gostaria que o senhor respondesse a essa observação do Professor Bresser-Pereira, a respeito do seu determinismo histórico. O Senhor se sente uma pessoa ligada ao determinismo cíclico?

Rangel: Não, esse determinismo me levaria a uma atitude passiva em relação a ciência e a minha posição em relação a ciência não é absolutamente passiva. Eu quero preparar o homem para que ele saiba querer. O voluntarismo só está errado na medida em que nós queremos ineptamente. Se nós quisermos de maneira sábia, podemos querer como não. Então este voluntarismo nós chamaremos de ciência do planejamento. A ciência econômica de modo geral é isso. Que sentido teria a ciência econômica se ela não fosse um instrumento capaz de armar o homem a querer sapientemente. Como eu conheço os índios da minha taba, eu sei que eles tão querendo de maneira inepta e que só por acaso acertam. Não é que eu deseje que seja assim. Eu acho que é preciso prepará-los e a minha vida é uma vida de dedicação a nova geração para educá-la para isto, para querer sapientemente. É isso que eu quero. Eu quero, portanto, adotar um outro voluntarismo que não nega uma certa base de determinismo. É um voluntarismo que conhece as leis que governam a história e portanto pode pautar-se por ela e governar o barco.

Se nós imaginamos que a inflação é o mal, por excelência, o que não é, é apenas um sintoma do mal, eu tenho usado a imagem de que a inflação é como uma febre que dá numa pessoa que tem uma infecção. Eu não posso curar esse mal dando um banho de água gelada no doente. Eu mato o doente. Eu tenho que acabar é com a

infecção. Isso não quer dizer que eu não possa dar um banho de água para baixar a temperatura quando ela estiver muito alta. Temporariamente as duas coisas se conciliam. A medicina moderna às vezes dá um banho no febril, mas não é para passar a febre dele é para evitar o efeito explosivo momentâneo, pois se a febre chega a 42° ele morre. Então ele baixa a febre, enquanto o tratamento propriamente dito faz efeito. O que importa é que o Estado é responsável pelas atividades que atualmente estão carregadas de capacidade ociosa, que atualmente estão insuficientemente desenvolvidas e exigem investimentos, e que o Estado está montado sobre elas. O Estado não pode movimentar os recursos necessários para tocar para frente. Uma cidade como essa, que já devia ter um metrô de 200 ou 300 km, está engatinhando aí com algumas linhas de metrô embrionárias e nós precisamos disto. As cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte precisam de metrôs mesmo, isso significa investimentos muito pesados. Energia, plano de energia, ferrovias. Nós não podemos continuar a desenvolver o país na base de roda de caminhão. Foi muito bom no início, foi até muito bom mesmo, mas passou, teve o seu momento, teve o seu tempo. Agora nós precisamos de ferrovias. E ferrovia significa que nós temos que começar a construir a ferrovia do aço, a ferrovia Norte-Sul, por que não? É a maneira de ligar os diversos sistemas ferroviários do Brasil num só sistema. Nós não temos um sistema ferroviário, nós temos vários sistemas ferroviários, que não estão integrados, é preciso integrá-los. Tudo isso exige investimento pesado que o Estado não pode fazer, mas que a empresa privada tem interesse em fazer. Para que ela possa fazer tem que ser armado institucionalmente meios para mobilizar os seus próprios recursos. Os recursos não estão necessariamente na mão do empresário, que no momento está diante da falta de oportunidade de investimento. Então, este empresário pode passar para mão de outro empresário, se não estiver interessado. Este movimento, movimentado pelo mercado de valores tem que simplesmente ser organizado pelo Estado. O Estado, portanto, vai ter funções decisivas neste processo.

O que eu proponho é que se estude o processo com seriedade. Agora um empresário dizendo que já que o país está em recessão, então a hiperinflação está

longe. Pelo contrário, nós estamos nos aproximando dela. Este senhor não entende, o que está acontecendo. Estão acontecendo coisas que tem que ser feitas com esse presidente que está aí. Por que o Silvio Santos vai ser mais competente que o Sarney?

Na realidade a mudança pode até ser propícia. Eu, se pudesse, se dependesse de mim, gostaria, se fosse escolher, escolher o Covas. Mas não está na minha mão fazer isso. Se eu fosse votar, mas eu vou votar.

Aconteceram casos dolorosos em nossa experiência profissional. Pessoa que sabia que o Plano Cruzado pecava por erros fundamentais e não obstante saiu em defesa dele. Nós sabemos disso. Pessoa que sabia que estava errado, mas por estar presa, ligada a compromissos com partido político, por esse motivo não compreendeu que para bem ajudar aquele político precisava não levá-lo muito à sério. Pelo contrário, levá-lo muito à sério significava confirmá-lo no erro. Era preciso justamente não levá-lo muito a sério. A política é uma coisa demasiado séria para ser confiada apenas à políticos. Por quê? Porque ela vai depender de certos fatos econômicos e de outra natureza. Econômico eu falo porque é minha enseada. É preciso que eles saibam disso. Eu posso estar presente para evitar que se fixe no erro. Eu costumo dizer que a Argentina foi um país mais forte que o Brasil, teve uma renda per capita maior que a França e que Itália e hoje não tem nada. Pois bem, um grande economista, Argentino, Ricardo Tíbot, dizia: Ignácio vocês brasileiros são felizardos, porque vocês entram na crise e saem dela e nós entramos na crise e ficamos morando dentro dela. Eu não quero dizer isso, que nós estamos por uma fatalidade, por um destino manifesto livre da sorte da Argentina, mas podemos cair nela e devemos estar alertas para isso. Isso não quer dizer que eu considere plausível, mas possível é. Esta nossa crise, que nós estamos vivendo está durando muito, temos já dez anos.

Pergunta: Prof. Bresser-Pereira, em relação a questão Argentina e a questão brasileira, outro dia aqui, tempos atrás, no *Vamos Sair da Crise*, o professor Alain Tourraine dizia que havia uma diferença entre o Brasil e a Argentina porque o Brasil está em crise, mas não está em decadência e a Argentina está em decadência. E ele

relembra inclusive, este aspecto de que na década de 30 a Argentina tinha uma renda per capita superior a da Itália e hoje tem uma renda per capita equivalente a 20% da renda per capita italiana, enquanto que a sua economia era mais forte do que a francesa e hoje não há termos de comparação. Então ele acha que a Argentina já entrou pelo desvão, desde a década de 30, começou a errar, não se industrializou adequadamente e vem vindo num processo de decadência enquanto que nós temos um processo muito grave, de crise, mas ela acredita que nós estejamos ainda em situação de contornar esta crise, desde que estructuremos a nossa economia e a nossa sociedade. Sua visão confere com a dele?

Bresser-Pereira: Confere. Eu gostei muito da resposta que o Ignácio Rangel deu à minha provocação a respeito do voluntarismo e do determinismo, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque ele deixou claro que ele não é tão determinista assim, e que ele acreditava que era fundamental você conhecer as leis cíclicas da história para poder então usar a sua vontade de acordo com a lógica do próprio movimento da história. Eu acho isso muito bem colocado. E depois terminou com o problema da Argentina, mostrando que pode acontecer com o Brasil o que aconteceu com a Argentina. Ou seja, esta crise que nós estamos vivendo hoje e que já tem dez anos, ela pode se estender por mais tempo. Se isto é provável, não sei, mas eu acho que isso depende, em grande parte, das elites brasileiras e da capacidade que as elites brasileiras tenham de conhecer a dinâmica da história brasileira e saberem quais são as modificações que tem que ser feitas agora, de curto e de médio prazo, conjunturais e estruturais. Se as elites não forem capazes de perceber qual é o movimento da história, se elas se fixarem no passado, seja no passado estatizante, seja no passado protecionista, seja no passado inflacionista. Porque acho que inflação é uma coisa profundamente embutida na história brasileira, ela é mais que um sintoma de febre, ela é uma infecção, ela própria, ao meu ver. De tal forma que ela está embutida na mentalidade dos brasileiros. Aí o Ignácio precisava repensar um pouco o seu clássico *A Inflação Brasileira*, que é um livro extraordinário que ele escreveu, que foi extraordinário em 63, mas as coisas mudam. Então, dentro desta perspectiva, eu acho que as elites brasileiras estão realmente, hoje, diante de uma crise delas próprias. Elas vivem uma crise, há uma

crise no Brasil, que é muito séria, e essa crise é um desafio para as elites brasileiras.

Para o povo brasileiro em geral, mas eu diria mais especialmente para as elites. Para os empresários, para os economistas, para os políticos, para os jornalistas, para os intelectuais de modo geral, para os líderes sindicais, para os líderes dos empresários. Estas lideranças estão realmente muito perplexas. Por que o que aconteceu recentemente no Brasil? O que aconteceu foi que nós tivemos um período autoritário e depois uma grande união nacional, que se forma a partir de 77/78, mais ou menos, para redemocratizar o Brasil. Este movimento é afinal bem sucedido e nós conseguimos eleger Tancredo Neves e se instala a Nova República, para infelicidade nossa, morrendo Tancredo. E o que acontece com a Nova República? A Nova República, a República de Sarney, é infelizmente um fracasso. Um fracasso que não permitiria, aliás, ao Collor falar o que tem falado do Presidente Sarney. Isso é um exagero, um desequilíbrio da parte do candidato, mas não há dúvida de que Sarney fracassou. Que Sarney, enquanto representante das elites brasileiras, enquanto líder formal das elites brasileiras, que é isto que ele é, o Presidente da República é o líder formal das elites de um país, ele não teve a dimensão da crise. Uma crise deste tamanho é preciso um presidente, um estadista e uma elite capaz de perceber o sentido da história, de perceber o que mudou. Os argentinos, por exemplo, não perceberam o que tinha mudado. Os argentinos começaram com o modelo de substituição de importações, que valeu para os argentinos até o final dos anos 50, não valia mais depois, no entanto eles insistiram nos anos 60, nos anos 70 e nos anos 80 e protegeram a economia deles ferozmente. Foi um desastre para eles. Então este desafio que as elites brasileiras tem, eu acho que é muito sério, porque estes últimos 10 (dez) anos, especialmente estes últimos 5 (cinco) anos, são anos de fracasso. Os empresários, por exemplo, se viram de repente com quase todo o poder, porque eles foram o grupo dirigente dentro do grande acordo político, que foi o acordo da redemocratização e quanto chegou a Nova República, eles passaram a ser o grupo mais prestigioso, o grupo mais ouvido e que não souberam o que fazer com esse poder. Eu acho que isto vale para o resto da sociedade. Há realmente uma desorientação muito grande na sociedade brasileira

em relação aos grandes problemas nacionais. Eu sinto, por exemplo, que a probabilidade de uma hiperinflação no próximo ano é muito grande e por quê? Porque eu tenho como certo é que o novo presidente, nos primeiros meses de seu governo, vai tomar medidas contra a inflação. Agora eu tenho a desconfiança de que estas medidas serão fracas, serão incompletas, serão tímidas. Por quê? Porque ele não terá o apoio necessário da sociedade para que as medidas sejam suficientemente fortes. Este presidente tem que estar disposto a ser impopular durante um ou dois anos, se ele quiser acabar com a inflação no Brasil, se ele quiser estabilizar a economia brasileira, que é a pré-condição para o desenvolvimento do Brasil. Eu não vejo condição de nós continuarmos a desenvolver sem antes estabilizarmos a economia brasileira. E é por isto que eu sinto que talvez nós precisemos de uma hiperinflação, que não vai acontecer neste ano, mas poderá acontecer no ano que vem, depois do fracasso deste presidente. Claro, que se o meu candidato for eleito, eu acho que ele terá coragem para fazer isso, mas eu não quero fazer propaganda aqui, aqui eu estou falando sério, eu realmente estou preocupado com este problema. Eu acho que realmente a responsabilidade das elites brasileiras em eleger um presidente. Bem, quem elege é o povo, o povo em termos, claro que é o povo, mas as elites têm um papel fundamental. Eu estou vendo o maior canal de televisão do Brasil, apoiando um candidato, que evidentemente não tem condições vejo o segundo maior canal do Brasil lançando o seu próprio candidato, a seu próprio dono como candidato. Então realmente há uma irresponsabilidade geral. Vejo uma ideologização da campanha em que empresários passam a escolher candidatos não em função da sua capacidade efetiva de enfrentar a crise, mas em função de interesses menores. Isto realmente é muito preocupante e nos ameaça com a Argentina. A Argentina é uma ameaça concreta para o Brasil, ou seja, o futuro que a Argentina teve, o passado que a Argentina teve, poderá acontecer para o Brasil também.

Pergunta: Professor Ignácio Rangel, o senhor gostaria de se despedir? Faltou alguma coisa que o senhor queria dizer hoje e não disse ainda?

Rangel: Eu acho que é hora de propor aos nossos políticos, um momento de grandeza, momento em que o político não fique ligado a sua clientela e sinta-se fracassado se ele, com aquela clientela, não chegou ao poder, que comece a pensar mais alto. As nossas pesquisas nos apontam atualmente, dois ganhadores prováveis, plausíveis. Um, que já vem sendo o ganhador, que acabou perdendo sua posição, e o outro que é o fato novo que acaba de surgir. E pelo menos três candidatos muito plausíveis ao terceiro lugar. A menos que eles tenham a grandeza de se reunirem e acertarem um programa comum de ação. Eu julguei ver nas palavras finais do ex-governador Leonel Brizola, o sinal desta grandeza. Eu conheço muito bem o governador Brizola, de quanto ele tem um ego crescido, desenvolvido, já trabalhei com ele. É um político altamente competente, mas tem de si mesmo uma visão um pouco exagerada, que às vezes prejudica o seu juízo. Mas desta vez ele foi o único que se ergueu ao nível desta grandeza que eu sugiro. Ele no fundo está sugerindo uma frente única dos excluídos e isto merece ser levado a sério. Pelo menos para começar pelos três candidatos ao terceiro lugar, quer dizer, o Lula, o próprio Brizola e o Covas. E depois os outros, inclusive os indecisos estruturais, como o meu caso, que não viram ainda a razão para decidir. Em política nem sempre dois mais dois é igual a quatro. Às vezes se nós agirmos errado dois mais dois é menos que quatro e, se nós agirmos com sabedoria, dois mais dois pode ser muito mais do que quatro. Era isso.

Pergunta: Professor Bresser-Pereira, suas palavras finais.

Bresser-Pereira: Eu acho realmente que nós vivemos um momento importante, nós estamos nas vésperas de uma eleição fundamental para este país e eu acho que era muito importante que nem Collor, nem Silvio Santos fossem eleitos. Eu acho que para ganhar, neste segundo turno, destes senhores, o candidato normal seria Mário Covas. Ele tem as condições de fazer um grande acordo nacional, ele tem as condições de fazer a política austera necessária, ele tem a autoridade, a firmeza, experiência, tudo que é necessário para nós termos um presidente a altura da crise. Agora, é evidente que a responsabilidade, por este momento, é do povo, mas é principalmente das lideranças, lideranças de todos os tipos. Então, eu acho fundamental que empresários como Antônio Ermínio de Moraes, apóie de vez o

Mário Covas, em vez de ficarem colocando condições menores para o seu apoio. Nós sabemos que ele vê no Mário Covas o melhor candidato, apoie e pronto. E hora, por exemplo, de governadores, que estão comprometidos com o candidato Ulisses Guimarães, que é um homem respeitável e digno, mas que, claramente, não tem nenhuma possibilidade mais nesta campanha. Que estes governadores realmente apoiem o candidato Mário Covas, quer dizer, eu acho que se houver um movimento forte da sociedade, das lideranças da sociedade neste sentido, nós temos condições perfeitas de ganhar esta eleição e isto é fundamental para o Brasil.